

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH HOSPITAL JEAN BITAR

(CNPJ 23.453.830/0015-75)

Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 (Em reais)

Balancos Patrimoniais				Balancos Patrimoniais			
	Notas	2023	2022		Notas	2023	2022
Ativo/Circulante				Passivo e Patrimônio Social/Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.957.469	5.147.922	Fornecedores	8	5.379.597	3.478.497
Contas a receber	5	515.966	50.000	Obrigações trabalhistas	9	2.281.797	2.100.954
Estoques	6	893.179	844.858	Obrigações sociais	10	375.055	340.199
Outros créditos		152.280	131.747	Obrigações fiscais		221.945	141.729
Despesas antecipadas		6.074	5.884	Outras contas a pagar	11	117.507	45.785
Depósito judicial	13	14.581	-	Partes relacionadas	12	114.071	132.243
Contratos de gestão	3m	46.002.842	-	Contratos de gestão	3m	46.002.842	-
Total do Ativo Circulante		50.542.391	6.180.411	Total do Passivo Circulante		54.492.814	6.239.407
Não Circulante				Não Circulante			
Depósito judicial	13	61.077	61.077	Receitas diferidas	14	5.202.601	5.450.870
Imobilizado - Próprio	7a	12.341	13.823	Total do Passivo não Circulante		5.202.601	5.450.870
Imobilizado - Contrato de Gestão	7b	4.042.519	1.991.990	Patrimônio Social			
Total do Ativo não Circulante		4.115.937	2.066.890	Patrimônio social		(3.442.976)	2.471.190
Total do Ativo		54.658.328	8.247.301	Déficit acumulado		(1.594.111)	(5.914.166)
				Total do Patrimônio Social		(5.037.087)	(3.442.976)
				Total do Passivo e Patrimônio Social		54.658.328	8.247.301

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social			
	Patrimônio Social	Déficit Acumulado	Total
Saldos em 31/12/2021	3.832.735	(1.392.202)	2.440.533
Incorporação ao Patrimônio Social (1.392.202)		1.392.202	-
Ajustes Patrimoniais	30.657	-	30.657
Déficit do Exercício	-	(5.914.166)	(5.914.166)
Saldos em 31/12/2022	2.471.190	(5.914.166)	(3.442.976)
Incorporação ao Patrimônio Social (5.914.166)		5.914.166	-
Déficit do Exercício	-	(1.594.111)	(1.594.111)
Saldos em 31/12/2023	(3.442.976)	(1.594.111)	(5.037.087)

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: a. Objetivos Sociais: O Hospital Jean Bitar (HJB) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado. O Hospital atende uma população 1,4 milhão de pessoas da região metropolitana de Belém, composta por mais sete municípios. A unidade oferece assistência de média e alta complexidade nas especialidades de cirurgia endocrinologia, reumatologia, geriatria, além de ser referência em cirurgias bariátricas com 70 leitos, incluindo unidade de terapia intensiva (UTI). Todos esses serviços contam com o suporte de apoio diagnóstico e terapêutico com análises clínicas e outros exames especializados. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 horas por dia. O Hospital está situado na Rua Cônego Jerônimo Pimentel, 543 - Umarizal, Belém-PA. **b. Contrato de Gestão:** O Hospital Jean Bitar (HJB) é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde março de 2016, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 007/SESPA/2021, vigente até 10/11/2024, através do 7º aditivo, pactuado em 10/11/2023. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º/01/2024 a 31/12/2026 foi protocolada em 22/11/2023, junto ao Ministério da Saúde o qual se encontra pendente de julgamento. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que "§2º: A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado". O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021. **c. Déficit do Exercício de 2023:** Em 2023 o Hospital arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na apresentação de déficit na ordem de R\$ 1.594.111 no exercício. Como consequência, o Hospital apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 3.950.423 em 31/12/2023. A Administração busca constante adequação dos custos de execução da operação do Hospital em conjunto com o atendimento às exigências técnicas e contratuais com o Ente Público e possui a meta de reequilibrar os fluxos de caixa em discussão de renovação/atualização dos valores contratados com o Ente Público para o próximo exercício. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: a. Declaração de Conformidade:** Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21/09/2012 e revisada em 21/08/2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. **b. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 11/03/2024. **c. Base de Mensuração:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma. **3. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b. Estoques:** São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vendidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou

Demonstrações de Déficit			
	Notas	2023	2022
Receitas Operacionais			
Serviços prestados pacientes SUS		52.055.951	46.158.696
Serviços prestados convênios e particulares		-	-
(-) Glosas		-	-
Receita Líquida		52.055.951	46.158.696
Custos			
Serviços de terceiros		(24.431.308)	(24.026.541)
Pessoal e encargos		(11.863.694)	(11.542.569)
Materiais e medicamentos		(10.227.677)	(9.908.320)
Superávit Operacional		5.533.272	681.266
Despesas			
Pessoal e encargos		(2.965.923)	(2.885.642)
Serviços de terceiros		-	-
Impostos, taxas e contribuições		(28.837)	(6.406)
Depreciação/amortização		(368.933)	(232.039)
Despesas gerais e administrativas	15	(4.119.737)	(3.803.978)
Déficit antes do Resultado Financeiro		(1.950.158)	(6.246.799)
Financeira Líquidas			
Despesas financeiras		(159.586)	(83.850)
Receitas financeiras		185.789	317.879
Déficit antes de Outras Desp. e Rec.		(1.923.955)	(6.012.770)
Outras Despesas e Receitas			
Doações e subvenções		-	-
Outras receitas e despesas		329.844	98.604
Déficit do Exercício		(1.594.111)	(5.914.166)

Demonstrações dos Fluxos de Caixas			
	Notas	2023	2022
Atividades Operacionais			
Déficit do Exercício		(1.594.111)	(5.914.166)
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa			
Depreciação/Amortização		368.932	232.039
Déficit do Exercício Ajustado (Aumento)/Redução do Ativo		(1.225.179)	(5.682.127)
Contas a Receber		(465.966)	1.088.227
Estoques		(48.321)	289.782
Outros Créditos		(20.533)	(17.142)
Despesas Antecipadas		(190)	(3.553)
Depósito Judicial		(14.581)	(32.517)
Aumento/(Redução) do Passivo			
Fornecedores		1.901.100	1.213.393
Obrigações Trabalhistas		180.843	221.013
Obrigações Sociais		34.856	38.615
Obrigações Fiscais		80.216	29.642
Outras Contas a Pagar		71.722	45.785
Receitas Diferidas		(248.269)	3.538.885
Ajustes Patrimoniais		-	30.657
Fluxo de caixa gerado pela atividade operacional		245.698	760.660
Atividades de Investimento			
Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível		(2.417.979)	(559.628)
Ajustes de Inventário de Ativo Imobilizado e Intangível		-	233.761
Fluxo de caixa consumido pela atividade de investimento		(2.417.979)	(325.867)
Atividades de Financiamento			
Partes Relacionadas		(18.172)	2.028
Fluxo de caixa consumido pela atividade de financiamento		(18.172)	2.028
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa		(2.190.453)	436.821
Movimentação de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		5.147.922	4.711.101
No fim do exercício		2.957.469	5.147.922
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa		(2.190.453)	436.821

construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **ii. Custos Subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos

continua-*

-★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %	
Aparelhos Med. e Cir.	10%
Benfeitorias	10%
Instrumentos de Cirurgia	10%
Máquina e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Móveis e Utensílios Hosp.	10%
Eq. Informática	20%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. **e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f. Julgamentos e Estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **i. Provisões para Riscos Judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g. Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h. Reconhecimento de Receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2023 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio Líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de Gestão:** Em 2023, a Administração do Hospital concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado. Considerando custo e benefício das divulgações, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração optou em não reapresentar o exercício de 2022, apresentados para fins de comparação nestas demonstrações financeiras, com a referida política contábil. Para fins de evidência, a seguir, a Administração apresenta os efeitos da aplicação da política, caso fossem reconhecidas ao exercício de 2022.

	(*) reapresentado	31/12/2022 (*)	31/12/2022
Ativo/Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.147.922	5.147.922	
Contas a receber	50.000	50.000	
Estoques	844.858	844.858	
Ativo não Circulante			
Depósito judicial	61.077	61.077	
Imobilizado - Próprio	13.823	13.823	
Imobilizado - Contrato de Gestão	1.991.990	1.991.990	
Total do Ativo não Circulante	2.066.890	2.066.890	
Total do Ativo	46.712.881	46.712.881	8.247.301
(*) reapresentado			
Passivo e Patrimônio Social/Circulante			
Fornecedores	3.478.497	3.478.497	
Obrigações trabalhistas	2.100.954	2.100.954	
Obrigações sociais	340.199	340.199	
Obrigações fiscais	141.729	141.729	
Outras contas a pagar	45.785	45.785	
Partes relacionadas	132.243	132.243	
Contratos de gestão	38.465.580	-	
Total do Passivo Circulante	44.704.987	6.239.407	
Patrimônio Social			
Patrimônio social	2.471.190	2.471.190	
Superávit do exercício/período	(5.914.166)	(5.914.166)	
Total do Patrimônio Social	(3.442.976)	(3.442.976)	
Total do Passivo e Patrimônio Social	46.712.881	8.247.301	
4. Caixa e Equivalentes de Caixa:	2023	2022	
Caixa em espécie	1.200	1.200	
Banco conta movimento	126.663	8.192	
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.829.606	5.138.530	
Total	2.957.469	5.147.922	

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo. **5. Contas a Receber:** Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 10/11/2024.

	2023	2022
Contrato 007/2021 - SESP	515.966	50.000
Total	515.966	50.000
Aging List	2023	2022
A vencer	247.451	-
De 16 a 30 dias	155.205	-
De 31 a 60 dias	27.563	-
De 61 a 90 dias	35.747	-
De 91 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	-	-
de 360 dias	50.000	50.000
Total	515.966	50.000

O Hospital recebeu os honorários de gestão do mês de dezembro, dentro do próprio mês. A Administração julga que o saldo de R\$ 50.000,00, pendentes de recebimento são recebíveis em prazo inferior a 12 meses, devido a processo de alinhamento com o Ente Público, portanto, não considera provisões para perdas. **6. Estoques:**

	2023	2022
Drogas e medicamentos	343.215	304.841
Dietas enterais e parenterais	21.641	20.556
Fios cirúrgicos	39.952	36.146
Materiais radiológicos/imagens	8.391	6.469
Materiais de uso do paciente	304.693	285.563
Limpeza e higienização	50.743	27.417
Materiais de laboratório	893	7.054
Demais materiais	123.651	156.812
Total	893.179	844.858

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas. **7. Imobilizado: a. Imobilizado - Próprio:**

	Máquina e Equip.	Total
Em 31 de dezembro de 2022	-	-
Saldo inicial	-	-
Aquisições	14.824	14.824
Depreciação	(1.001)	(1.001)
Saldo contábil líquido	13.823	13.823
Em 31 de dezembro de 2023		
Saldo inicial	13.823	13.823
Depreciação	(1.482)	(1.482)
Saldo contábil líquido	12.341	12.341

b. Imobilizado - Contrato de Gestão:

	Aparelhos Med. e Cir.	Benfeitorias	Eq. Informática	Instrumentos de Cirurgia	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios	Móveis e Utensílios Hosp.	Obras em andamento	Total
Em 31/12/2022									
Saldo inicial	274.920	1.212.962	11.924	34.165	199.499	149.968	28.547	-	1.911.985
Aquisições	-	-	5.009	-	-	1.580	13.981	524.234	544.804
Transferências	-	-	-	-	-	(3.900)	3.900	-	-
Ajustes de inventário	7.449	(261.178)	17.835	70	(391)	2.898	(444)	-	(233.761)
Depreciação	(50.706)	(97.085)	(19.171)	(6.761)	(30.548)	(22.300)	(4.467)	-	(231.038)
Saldo contábil líquido	231.663	854.699	15.597	27.474	168.560	128.246	41.517	524.234	1.991.990
Em 31/12/2023									
Saldo inicial	231.663	854.699	15.597	27.474	168.560	128.246	41.517	524.234	1.991.990
Aquisições	350.595	704.649	-	208.057	-	-	1.125.633	29.045	2.417.979
Depreciação	(128.381)	(129.447)	(8.463)	(11.994)	(30.614)	(22.122)	(36.429)	-	(367.450)
Saldo contábil líquido	453.877	1.429.901	7.134	223.537	137.946	106.124	1.130.721	553.279	4.042.519

8. Fornecedores:

	2023	2022
Materiais e medicamentos	2.126.519	861.211
Serviços	1.364.764	1.331.960
Serviços médicos	1.101.888	1.013.248
Diversos	786.426	272.078
Total	5.379.597	3.478.497

9. Obrigações Trabalhistas:

	2023	2022
Ordenados e salários a pagar	863.711	788.841
Provisão férias	1.313.411	1.215.229
Provisões FGTS s/férias	104.675	96.884
Total	2.281.797	2.100.954

continua-★

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

	2023	2022
10. Obrigações Sociais:		
INSS a recolher	91.502	76.627
FGTS a recolher	130.396	120.183
IRRF s/ folha a recolher	150.485	142.449
Contr. sindical	2.672	940
Total	375.055	340.199

11. Outras Contas a Pagar:

	2023	2022
Empréstimos de material	611	611
Seguros a pagar	3.373	3.479
Outras	-	41.695
Verba piso salarial da enfermagem (i)	113.523	-
Total	117.507	45.785

(i) No ano de 2023, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4/08/2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais.

12. Partes Relacionadas:

	2023	2022
Passivo		
Sede Administrativa	114.071	132.243
Total	114.071	132.243

O saldo a pagar em 2023 no passivo circulante de R\$ 114.071 (R\$ 132.243 em 2022), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão. **13. Provisão para Contingências e Depósito Judicial:** A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2023	2022
Possível		
Cível	880.000	105.000
Trabalhista	121.800	528.770
Total	1.001.800	633.770
Provável		
Cível	190.800	-
Trabalhista	-	-
Total	190.800	-

Ao final do exercício de 2023, a Entidade possuía R\$ 14.581 (Circulante) e R\$ 61.077 (Não Circulante) em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento. **14. Receitas Diferidas:** O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2023, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

	2023	2022
Imobilizado - contrato de gestão	5.530.300	3.112.321
Intangível - contrato de gestão	-	-
Total investido em ativo	5.530.300	3.112.321
Depreciação/amortização acumulada	(1.487.781)	(1.120.331)
Total imobilizado/intangível líquido	4.042.519	1.991.990
Saldo para investimento	1.160.082	3.458.880
Recursos a receber de investimentos	-	-
Total	5.202.601	5.450.870

15. Despesas Gerais e Administrativas:

	2023	2022
Serviços de gestão	(1.786.825)	(2.029.959)
Energia elétrica	(1.121.501)	(891.732)
Aluguel de máquinas	(534.758)	(407.955)
Viagens e hospedagem	(26.359)	(19.385)
Outros	(650.294)	(454.947)
Total	(4.119.737)	(3.803.978)

Giovani Luís Padão Merenda - Diretor Executivo - CPF: 539.924.660-00

16. Renúncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2023	2022
Cota patronal/Terceiros e RAT/SAT	3.053.806	3.179.807
INSS	3.053.806	3.179.807
COFINS	1.547.700	1.384.761
COFINS	1.547.700	1.384.761
Total	4.601.506	4.564.567

17. Cobertura de Seguros: Em 2023, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. **18. Instrumentos Financeiros:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2023	2022
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.829.606	5.138.530
Contas a receber	515.966	50.000
Total ativos financeiros	3.345.572	5.188.530
Fornecedores	5.379.597	3.478.497
Total passivos financeiros	5.379.597	3.478.497

19. Gestão de Riscos: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **i. Riscos de Liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **20. Eventos Subsequentes:** Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão Contrato 002/218 - SESP/PA estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingências nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, após seu encerramento em 10/11/2024. Belém - PA, 11/03/2024.

Viviane da Costa Conceição - Contadora - CRC PA - 013815/0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Jean Bitar - Belém - PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Hospital Jean Bitar, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Hospital Jean Bitar, em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **• Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências

incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. ii) Chamamos a atenção sobre o descrito na nota explicativa 1(c), em que a Administração apresenta os fatores de elevação de custos da operação de gestão da Unidade que contribuíram substancialmente para o déficit de R\$ 1.594.111 apurado no exercício e considera como determinantes para o reequilíbrio dos fluxos de caixa futuro, o sucesso na renovação e atualização dos valores de contrato junto à SESP/PA. Em 31 de dezembro de 2023, o Hospital possuía excessos de passivos sobre seus ativos circulantes, apresentando capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 3.950.423 e seu patrimônio líquido estava negativo na ordem de R\$ 3.442.976. Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Hospital, caso os planos da Administração não sejam concretizados. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com o princípio de continuidade das operações, considerando os melhores esforços da Administração na renegociação do contrato e recomposição de caixa, não sendo apurado ou reconhecida eventuais provisões para descontinuidade das operações. iii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo sua sede Administrativa, em operações de pagamento de reembolso de despesas compartilhadas.

continua *

* continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. (iv) Conforme descrito na nota explicativa 3.m, chamamos a atenção ao fato de a Administração do Hospital optar em reconhecer o valor remanescente do contrato de gestão em contas de ativo e passivo circulantes para apresentação do volume de contrato sob sua responsabilidade. A Administração optou em não rerepresentar os saldos de 2022, aplicando a política contábil de forma prospectiva, entretanto, na referida nota explicativa, apresenta os efeitos do reconhecimento do ativo (contas a receber) e passivo (obrigações de execução) caso fossem rerepresentados. **Outros assuntos:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 15/03/2023, sem modificações. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência

de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 11/03/2024. **Planners Auditores Independentes - CRC.SP. nº 2SP 14.712/O-2; Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-6.**

Protocolo: 1052103

Flauta de Bambu

2ª Edição



HAROLDO MARANHÃO, um dos maiores nomes das letras brasileiras, volta a ser publicado em sua terra em um gênero de fácil leitura, mas de difícil execução: a crônica. As narrativas que compõem o livro foram escritas nas décadas de 1950 e 1960. As demais constituem material não incluído em “A Estranha Xícara”, de 1968, estreia do autor no livro, e “Voo de Galinha”, seu terceiro título.

FLAUTA DE BAMBU

2ª Edição

HAROLDO
MARANHÃO

DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº. 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioepa.com.br, segunda-feira, 18 de março de 2024 às 07:05:27.